



FRONTEIRAS FÍSICA E POLÍTICA ENTRE AS NAÇÕES BRASILEIRA E PARAGUAIA*

Jussaramar da Silva¹
Nataniél Dal Moro²

Resumo

Este trabalho objetiva discutir a história da formação das fronteiras física e política entre as nações brasileira e paraguaia, enfocando com mais destaque o processo demarcatório ocorrido após a Guerra do Paraguai, findada no ano de 1870, e o período das ditaduras militares brasileira e paraguaia, estas já no século XX. A centralidade da pesquisa está em historicizar a fronteira como um lugar físico e, inevitavelmente, também social que é permeado por tensões e, sobretudo, por conflitos dos mais diversos. Pode-se destacar a existência de legislações distintas, acordos de definições de fronteiras, costumes ora próximos e ora muito diversos, relações de trabalho, formas de exploração do ambiente, crenças e valores morais e éticos que variam grandemente de um local para o outro. A questão linguística é outro ponto de grande interesse para se pensar a fronteira entre os países. A latência destas realidades, por sua vez, contribui para a materialização de relações políticas que, no entanto, ainda não foram muito bem contempladas pelas organizações legais dos respectivos Estados nacionais em estudo. Em geral, conhece-se pouco sobre o outro, sobre aquele que está depois do que se chama de “fronteira nacional”.

Palavras-chave: História política internacional; Fronteiras; Ditaduras militares na América do Sul.

1 A fronteira é um território físico e também político, e atuar sobre ela é o maior problema

A preocupação com a delimitação das fronteiras físicas dos territórios é um dos pilares centrais dos Estados-nação que se consolidaram na Europa ocidental sobretudo a partir do século XVI, como tão bem indica Benedict Anderson (1989). As nações Portugal e Espanha, que se apossaram de terras nas Américas, também trataram de delimitar fronteiras físicas. Inicialmente os rios foram as grandes linhas demarcatórias de fronteiras; posteriormente outras formas de demarcação territorial apareceram, tais como a construção de fortes, presídios e guarnições militares. Isso para não falar nas fronteiras humanas, pois muitos

* Deixamos aqui nosso agradecimento à Professora Dra. Vera Lucia Vieira pelas importantes observações a respeito deste artigo. Seus apontamentos e análises ajudaram sobremaneira a melhorar a forma e o conteúdo das discussões nele desenvolvidas, assim como as falas de alguns dos participantes do II Simpósio de Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, das instituições UNESP, UNICAMP e PUC-SP, realizado nas dependências do Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo, em novembro de 2009.

¹ Mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Coordenadora Geral do ProJovem Urbano Juiz de Fora. E-mail: jussaramar@terra.com.br

² Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: natanieldalromo@bol.com.br

povos indígenas se tornaram aliados do poder português e auxiliaram sobremaneira na conquista de novos territórios para a Coroa lusitana.

As entradas, as bandeiras e as monções foram decisivas para a ampliação do território brasileiro, naquela época Brasil Colônia, e igualmente da fronteira nacional. Boa parte do que é hoje território dos Estados de Mato Grosso, de Rondônia, de Goiás, de Tocantins e de Mato Grosso do Sul sequer era cogitada como terra de fronteira até fins do século XVII. A maioria destas terras era “terra de ninguém”. Na verdade, havia inúmeras etnias indígenas nestas plagas. Com o enfraquecimento da atividade mineradora em Cuiabá e região quase todas as rotas até então estabelecidas foram sendo aos poucos abandonadas.

Nelson Werneck Sodré, no livro *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941) apresenta uma das primeiras análises históricas de relevância estrutural sobre a historicidade da fronteira e dos sujeitos que a fizeram enquanto tal.³ Sodré, depois da análise inúmeras fontes ainda primárias, afirma que a fronteira é um território formado por disputas, por conflitos e por tensões sociais, políticas e econômicas das mais diversas. A terra é o principal elemento deste cotidiano.

O livro de Sodré foi escrito entre as décadas de 30-40 do século XX e é subdividido em partes que abordam a estrutura física do território oeste brasileiro, a estrutura fundiária da região, as atividades econômicas existentes, a forma de ocupação das terras e, sobretudo, a importância das terras, por ele chamadas de “desertão”, e do trabalho sobre elas realizado.

Esta obra, *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, seguramente não está no rol dos escritos mais discutidos e citados pelos pesquisadores atuais, em especial pelo fato de tratar de um assunto – a saber: a fronteira – que não faz parte propriamente dos temas da moda que hoje são analisados pelos estudiosos do eixo Rio-São Paulo e de algumas metrópoles regionais, como Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Brasília. Até mesmo em instituições de ensino superior de Estados da Região Centro-Oeste do Brasil o estudo desta obra é de pouco relevo no rol das ementas dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Na obra *Oeste*, Sodré⁴ se debruça sobre as fronteiras física e política indefinidas que o oeste do Brasil possuía desde a época colonial até fins dos anos 30 e começo da década de

³ Os livros *Caminhos e fronteiras* (1975) e *Monções* (1976), de Sérgio Buarque de Holanda, ajudam a entender como se deu a luta pela conquista, delimitação e manutenção das fronteiras no oeste do Brasil. Ver também a obra *Formação brasileira*, de Helio Vianna (1935).

⁴ Sodré nasceu no Rio de Janeiro em 1911 e desde a década de 1920 já atuava no mundo das letras. Em 1924 ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e em 1930 na Escola Militar do Realengo. Em 1934 foi designado para servir no Regimento de Artilharia de Itu. Foi também na década de 30 que Sodré começou a colaborar de forma mais sistemática com a imprensa jornalística; em outubro de 1934 passou a escrever textos para o jornal Correio Paulistano. Ainda nos anos 30 Sodré publicou algumas centenas de artigos em jornais e os seus primeiros livros; ao todo, o autor escreveu mais de 55 títulos, sendo que muitas das obras lhe consumiram mais de algumas décadas de pesquisa para ficarem prontas. O livro *História da imprensa no Brasil* levou cerca de 30 anos para ser escrito (SODRÉ, 1999). Dos anos 30 até o ano de 1951 Sodré se dedicou a dois grandes trabalhos: era escritor e igualmente militar de carreira promissora. Atuava como instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Em 1954 Sodré, já efetivamente considerado como um intelectual marxista, passou a fazer parte do

1940. A fronteira física indefinida e em quase nada politicamente controlada era o próprio oeste brasileiro daqueles anos, compreendendo o território localizado entre os rios Paraná e Paraguai; toda essa região, que hoje faz parte do Estado de Mato Grosso do Sul, era, desde a época colonial até a primeira metade do século XX, um território, uma fronteira física e política sob a qual se tinha pouca ciência das coisas que nela se passavam e dos sujeitos que nela atuavam. Até mesmo a atuação militar era mirada sobre esta região que, em 1748 passou a ser denominada por capitania de Mato Grosso, devido desmembramento da de São Paulo.

A economia hegemônica desta fronteira um pouco brasileira e outro pouco paraguaia tinha como base o regime pastoril⁵ e suas principais características eram: utilização de grandes extensões de terra; gado bovino como produto central; couro sendo também moeda de troca; baixo índice de tecnologia agrícola; pouca ou quase nenhuma presença da autoridade pública; local despovoado devido a existência de gigantescos latifúndios e baixa densidade demográfica tanto no campo como nas cidades.

Até o início do século XX não se sabia bem ao certo quais terras eram brasileiras e quais eram paraguaias. Em mapas da época vê-se que as atuais Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil eram quase que nada povoadas. Nestes mapas, que datam respectivamente de 1908 e de 1940 e foram publicados em 2006 pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se que a maior parte das cidades estava mesmo no litoral do Brasil.

No sul de MT, tanto no mapa de 1908 como no de 1940, aparecem com mais destaque as cidades de Corumbá, Nioaque e Coxim. As cidades de Ponta Porã e de Campo Grande só constam no mapa de 1940. Observa-se também a existência do traçado da

Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Ele ministrava aulas para cursos de pós-graduação na cidade do Rio de Janeiro, à época capital federal. Em 1955 o IBESP foi reformulado e passou a se chamar Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Publicado em 1962, o livro *Formação histórica do Brasil*, por exemplo, é fruto das aulas ministradas pelo autor no decorrer da década de 1950. Em 1961 Sodré passou para a reforma. Nessa época sua patente era de coronel e depois foi promovido para general de brigada. O ISEB foi extinto em 1964, com a chegada de alguns grupos da burguesia nacional, incluindo-se aí os militares, ao poder institucional da nação brasileira. Embora tenha sido condenado pela Junta Militar duas semanas após 31 de março de 1964, Sodré não se exilou, ao contrário, permaneceu no Brasil. Os anos pós-64 foram extremamente complicados para o autor, pois não podia lecionar e nem expressar suas idéias por meio da publicação de artigos nos jornais, já que havia perdido por 10 anos os seus direitos políticos. Restava-lhe a condição de escritor no sentido atribuído ao termo por Gustave Flaubert; e foi a partir de então que Sodré pesquisou, escreveu e publicou inúmeros títulos nos anos 60 e 70, época de plena vigência da Ditadura Militar no Brasil. Pierre Bourdieu (2005, p. 225) afirma, com base na análise de um escrito de Flaubert, que o escritor "é aquele que se aventura fora dos rumos balizados do uso ordinário e que é perito na arte de descobrir a passagem entre os perigos que são os *lugares-comuns*, as "idéias feitas", as formas convencionais." O escritor Sodré não tinha formação acadêmica; no entanto, era sociológico, cientista político, analista dos mais apurados e também historiador. Tendo em vista o conteúdo dos seus escritos, pode-se dizer que era um homem-perito na arte de dialogar e de tensionar realidades aparentemente pacíficas, convergentes. Foi também um estudioso das grandes questões da sua época; muitas ainda hoje não sanadas. Segundo Eric Hobsbawm (1998, p. 7), é "la tarea del historiador: dar cuenta de la totalidad de la existencia y de los cambios de la humanidad a través de sus rasgos más significativos, explicar las adaptaciones y las resistencias a esos cambios, establecer una perspectiva histórica amplia que permita situar fenómenos económicos, sociales, políticos y culturales." Seu tema predileto era o Brasil e a sua gente. Faleceu em 1999, com 88 anos. Os livros *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena* e *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira* dão conta de explicitar de forma pertinente uma parte da vida e da obra do autor em questão.

⁵ Tal conclusão Sodré extrai ao analisar fontes primárias coletadas em instituições nacionais e estrangeiras, bem como depoimentos orais.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que nos anos 40 já contava, além do trecho Três Lagoas-Campo Grande-Corumbá, com o ramal Campo Grande-Ponta Porã.⁶

É oportuno mencionar que no mapa de 1908 não consta o povoado de Ponta Porã, bem como o território desta municipalidade aparece como pertencente, ainda, ao Paraguai.⁷ Isso indica, em certa proporção, o quanto os limites territoriais, as fronteiras do Brasil com os demais países, ainda eram, no início do século XX, desconhecidas e, conseqüentemente, que precisavam ser estudadas. Marques (1923, p. 13) afirma que “o conhecimento dos sertões mattogrossenses vêm-se fazendo aos poucos.”

Dentre os colaboradores desta empreitada estão, conforme apontou Marques (1923, p. 13-15): Alexandre Rodrigues Ferreira (século XVIII), Barão de Langsdorff (1825), João Augusto Caldas, Conde de Castelnau (1844), Herbert Smith, Barbosa Rodrigues, Pimenta Bueno, Karl von den Stein (1884-88), Carl Lindmann (1893), Paulo Ehrenreich (1897), Theodoro Roosevelt (1913), Luiz d’Arlincourt, Augusto Leverger (Barão de Melgaço) e, sobretudo, Cândido Rondon e sua equipe, que, durante quase 30 anos, fez variados levantamentos sobre a região de Mato Grosso, bem como das fronteiras deste Estado.

Nos anos de 1930, o Estado Nacional dá continuidade ao debate que envolve agora inúmeros integrantes da sociedade civil.⁸ Durante o Governo Vargas foi aprovada a lei de Segurança Nacional (30/03/1935), que dentre outros aspectos, versava sobre a proteção de fronteiras, o que significa uma guinada na forma de encarar e problema da proteção dessas regiões. Mesmo antes, no final do século XIX, o Estado já sinalizava certa preocupação com as fronteiras; a Carta Constitucional de 1891 é um exemplo:

A tendência a que a defesa da nação e a segurança interna se tornassem uma questão militar e ao mesmo tempo, a percepção de que os militares deveriam ser tratados constitucionalmente como um ator especial para essas funções vai ficando mais clara com a República. A carta de 1891 menciona “segurança da Pátria”, do indivíduo, pública e também usa a palavra defesa para se referir à proteção das fronteiras. As Forças Armadas ganham novo patamar dentro da organização do Estado: passam a ser “instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”. Ela seria “essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais” (D’ARAÚJO, 2009, p. 3-4).

⁶ Três Lagoas está na divisa com o Estado de São Paulo, próximo também do Estado de Minas Gerais; Campo Grande fica no centro do Estado de Mato Grosso do Sul; Corumbá faz fronteira com a Bolívia e Ponta Porã com o Paraguai.

⁷ De fato a região na qual está a cidade de Ponta Porã era terra litigiosa até o início da década de 1870. Após o término da Guerra do Paraguai foi assinado, em 1872, um tratado. Nele o impasse foi oficialmente resolvido. A referida região – que hoje corresponde a aproximadamente 20-25% do território do Estado de Mato Grosso do Sul – deixou de ser terra litigiosa, passando a pertencer ao Brasil. Consultando alguns escritos paraguaios, como o de Queirolo (1969), vê-se que este tratado foi, na verdade, muito mais uma ação imperialista do que, propriamente, um tratado. Além disso, perceberemos, no decorrer do texto, que os litígios só foram aparentemente resolvidos da década de 1970, quando o Brasil firmou o Tratado de Itaipu com o Paraguai.

⁸ Alguns autores preocuparam-se com o tema e ele foi amplamente discutido. Resultado dessa preocupação, vamos encontrar a obra de Sodré. Num trabalho voltado para o entendimento do pensamento permeado por Monteiro Lobato nos anos de 1920, desenvolvemos as primeiras reflexões acerca do problema da fronteira com o Paraguai. Baseando-nos na historiografia, percebemos um pensamento latente no Brasil dos anos de 1920-30 que configurou um ideário posterior de Defesa Nacional. Ver: Silva; Moro; Marcondes (2008).

Para Sodré (1941), a inexpressiva densidade populacional no oeste brasileiro estava diretamente relacionada com o que ele chamou de “desertão”. O

[...] desertão permanecerá, apesar de todo o esforço humano, apesar de todas as tentativas coletivas, como a permanente força negativa, dispersiva, dissociadora, influenciando sobre todas as outras faces do problema, aquelas que parecem viáveis ante o esforço do centro, da autoridade, do país. As distancias, essas infinitas distancias, vazias, tristes, apagadas, permanecerão a incógnita poderosa e eterna. Sobre elas, por mais que se estendam os fios telegráficos, que a audacia e o espírito empreendedor de Rondon lançaram, por mais que se abram estradas, naturalmente pouco compensadoras e caríssimas, por mais que se cruzem nos céus, máquinas modernas, com o formidável poder de encurtá-las e de dominá-las, – nada se conseguirá de definitivo sem a intervenção do fator tempo, sem o amparo do crescimento demográfico do país, canalizado, em grande parte, para as suas terras, para cobri-las, já não na dispersão pastoril, mas na densidade de que o regime agrícola é capaz, com o acúmulo de riqueza, a atração fácil a novos elementos, a capacidade de se por em ligação, em contacto com as outras partes do Brasil e da América, transformando-se em celeiro de algumas delas (SODRÉ, 1941, p. 126-127).

Não se pode esquecer que o tal do “desertão” era não apenas um território físico (muita terra fértil, basicamente vegetação de cerrado, com pouca densidade populacional), mas também uma construção social, uma relação de força entre sujeitos históricos.⁹ Portanto, deve-se entender a “grande propriedade pastoril” como inibidora da presença e da fixação de outras pessoas na região. Sendo assim, não se deve pensar a região em si mesma como inóspita para a presença humana, mas sim a “grande propriedade pastoril” (e os sujeitos que a constituíram) como elemento impeditivo desta outra e, não menos, diversa presença humana no oeste do Brasil.¹⁰

A problemática de relevo, neste caso, é o latifúndio como base fundiária no Brasil, algo que, ainda hoje, perdura em várias partes do território nacional. Do século XVI até os anos 30-40 do século XX a predominância do latifúndio como modelo fundiário era incontestável. Estes latifúndios, por sua vez, priorizavam geralmente a produção de apenas uma cultura agrícola, notadamente voltada para a exportação, como mostram os casos da cana-de-açúcar, do café, do algodão, da borracha, dentre outros.

Ao serem destinadas enormes áreas, sendo elas de fronteira ou não, para a produção agrícola de poucas culturas, construiu-se também uma política que favorecia a grande propriedade de terra e inviabilizava a fixação de pessoas em pequenas áreas rurais e inclusive nas cidades, pois estas últimas dependiam da economia gerada no campo.

⁹ Consultar, para uma compreensão pormenorizada do conceito “relação de força”, os escritos intitulados *Questões de sociologia* (1983) e *O poder simbólico* (1998), ambos de Pierre Bourdieu.

¹⁰ No decorrer do século XX foram instalados núcleos de povoamento/colonização que abrigaram migrantes e imigrantes que provinham de várias partes do Brasil e do mundo, contudo, estes sujeitos ocuparam pequenas percentagens das terras do “desertão” (MORO, 2012). Por vezes os imigrantes e seus descendentes foram vistos como ameaça à segurança nacional. Na época da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os japoneses, colônia bem expressiva na cidade de Campo Grande desde a primeira metade do século XX, foram pensados pelo poder público, em particular o militar, como inimigos em potencial da nação brasileira.

Os núcleos populacionais, os povoados, as vilas ou as cidades que surgiram em áreas de latifúndio, ou de pecuária extensiva, serviam e dependiam sobremaneira destas atividades. O funcionamento das cidades, tal como a de Campo Grande, girava quase que totalmente em função da pecuária até fins da década de 1960.

Contudo, esta fronteira física em pauta não era apenas e tão somente uma fronteira física, territorial, espacial, mas também uma fronteira política de grande e poderosa envergadura que, naquela época, ainda não era controlada e ocupada de modo efetivo, embora esforços públicos, como a construção de linhas telegráficas, de linha férrea em 1914, de quartéis nos anos 20 via ação do engenheiro e na época também Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras e de colônias agrícolas, em especial a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), tenham sido postos em prática pelo poder federal para integrar esta fronteira com o restante do território nacional.¹¹

A fronteira do Paraguai com o Paraná é permeada pelo Rio Paraná. Lá estabeleceu-se o marco divisório com o Brasil o Paraguai e a Argentina. Finda a Guerra da Tríplice Aliança, foi possível ao Brasil conquistar grandes pedaços de terra que inicialmente pertenciam ao Paraguai. De 1872, ano em que se iniciaram as negociações para as demarcações, até a década de 1970, ou seja, por cerca de cem anos, o Brasil conviveu com o litígio em relação ao Paraguai para se definir os marcos territoriais.

A aparente resolução do problema se deu no período da construção de Itaipu; processo iniciado em fins dos anos 50. Já na década de 60, durante a ditadura militar iniciada no Brasil, e no Paraguai, cuja ditadura data ainda nos anos 50, têm-se outro ponto de apoio para solucionar esta questão fronteiriça. Contudo, um dos pontos ainda divergentes sobre a fronteira ficou submerso no Lago de Itaipu, encerrando o problema com o Paraguai. Mas outros foram criados, de ordem econômica, de dominação e imperialismo sobre aquela nação.

2 Quem vivia na fronteira?

Ao longo do século XX, a postura do Estado brasileiro vai se modificando em relação às suas fronteiras, não apenas pela associação entre o tema e o sentido que a questão da segurança nacional vai adquirindo pelos militares que passam a dominar o assunto, mas também pela questão social, ou seja, pela presença efetiva das mais diversas pessoas de origens fronteiriças distintas, com suas respectivas culturas e formas de ser sociais.

Sendo assim, integrar de forma física e política esta fronteira localizada geograficamente entre os rios Paraná e Paraguai não significava apenas tornar este território em pauta mais brasileiro do que paraguaio; significava, em síntese, proteger o

¹¹ Vale aqui mencionar alguns trabalhos que abordam estas questões, tais como o livro de Laura Antunes Maciel (1998), os artigos de João Carlos de Souza (2001) e de André Roberto Martin (2001), ambos publicados no número 23 da revista *Projeto História* e também a edição n. 3, ano 61, ano 2009, da revista *Ciência & Cultura da SBPC* cujo título é: *Amazônica*.

próprio Estado brasileiro, já que muitas localidades da região tinham mais estrangeiros do que nacionais. Essa situação, por sua vez, era incômoda para o poder federal do período. Sodré também se viu às voltas com este assunto: a presença cada vez mais constante de estrangeiros – entenda-se “elementos perigosos” – em território nacional.

Ainda hoje (ano de 2009) em partes desta região – fronteira do Brasil com o Paraguai e também com a Bolívia, sobretudo nas áreas de fronteira seca – não se tem clareza do que é ser brasileiro e do que é ser paraguaio/boliviano. Segundo dados divulgados por Sodré (1941, p. 105), cerca de 89% da população residente na cidade de Porto Murtinho, antes da década de 1940, era de paraguaios. A quantidade de indígenas nesta região também era e ainda o é bastante expressiva. As fronteiras físicas e políticas existentes são muito mais as fronteiras construídas pelo saber cartográfico do que propriamente as materializadas pelas relações sociais e econômicas que os sujeitos históricos produzem.

De acordo com os gregos, como informa-nos Homi Bhabha (1998, p. 19), citando um escrito de Martin Heidegger: “Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual *algo começa a se fazer presente*.” A fronteira é, portanto, um lugar de continuidade de uma mesma realidade e não propriamente de ruptura com a realidade existente. Deve-se pensar a fronteira como um lugar de *continuum*, em contrapartida à idéia teórica de ruptura que foi construída para fundamentar a existência conceitual dos Estados-nação europeus séculos atrás. Na fronteira iniciava-se um Estado-nação e findava-se outro. Para Bhabha (1998, p. 24),

[...] uma identidade nacional pura, “eticamente purificada”, só pode ser atingida por meio da morte, literal e figurativa, dos complexos entrelaçamentos da história e por meio das fronteiras culturalmente contingentes da nacionalidade [*nationhood*] moderna. Gosto de pensar que, do lado de cá da psicose do fervor patriótico, há uma evidência esmagadora de uma noção mais transnacional e translacional do hibridismo das comunidades imaginadas.

Sodré não nega a existência deste *continuum* entre as fronteiras brasileira, paraguaia e boliviana em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. O autor preocupa-se não com a questão da fronteira e da “identidade nacional” no sentido indagado por Bhabha, mas sim em pensar a fronteira física do Brasil com estas outras nações como um local que é frágil e não pode prescindir de homens que a defendam e a tornem cada vez mais brasileira. Para Sodré, permitir a presença de elementos estrangeiros em terras nacionais é o mesmo que aceitar passivamente a destruição da nação brasileira. A própria sociedade pastoril era formada não somente por grupos provenientes das Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, mas também por paraguaios, em sua maior parte índios guaranis.

A solução deste intrincado problema devia passar inevitavelmente pela fragmentação da grande propriedade pastoril do oeste brasileiro, pelo adensamento demográfico do campo e das cidades, pela construção de outros e mais rápidos meios de comunicação,

pelo estabelecimento de autoridades burocráticas, sejam elas militares, judiciais, administrativas ou executivas, nas mais diversas regiões da fronteira e, portanto, a solução do problema passava pela destruição estrutural da sociedade pastoril, já que era ela que inibia o aumento demográfico nas terras rurais e nas cidades existentes no oeste do Brasil; fazendo isso, fragilizava a fronteira física próxima dos países Paraguai e Bolívia, uma vez que a região não possuía elementos nacionais que a habitassem de forma sistemática.

Portanto, tornar a fronteira mais brasileira implicava em ocupar esta mesma fronteira com sujeitos nacionais, legalmente definidos como brasileiros, bem como diversificar as atividades produtivas na região. Não havia condição de ocupar e igualmente proteger a terra, ou a fronteira física, com pessoas caso o modelo fundiário permanece priorizando as grandes propriedades e a monocultura de poucos cultivos: pecuária extensiva e erva-mate.

De modo textual Sodré registra esta sua preocupação em vários pontos do livro *Oeste...* Na primeira frase da obra o autor afirma: “Desconhecido e complexo, quer na sua geografia, quer na sua história, quer na sua organização social, o Oeste brasileiro permanece uma incógnita.” (SODRÉ, 1941, p. 11). A ocupação desta fronteira física, num primeiro momento, não foi de toda negativa para esta região. Foi graças ao regime pastoril que, no final do século XVIII, esta fronteira ficou conhecida como território português.

Conforme escreveu Sodré (1941, p. 67):

No caso do Oeste, por exceção impar, a cultura pastoril desbravava e civilizava. Se o seu padrão civilizador era baixo, se traria consequências nocivas e desequilibradoras, com o passar dos anos, bem mais adiante, não importa. No momento e no espaço em que tal expansão se realizou, assinalou-se como função de primeira ordem.

Tudo o que o Oeste ainda hoje é, quase que se deve ao regime pastoril.

E Sodré (1941, p. 68) continua: foi o regime pastoril “o grande fator de civilização, de desbravamento, de expansão geográfica, de posse efetiva nessas terras, passou a ponderar como elemento de retardo.”

O total da população que vivia nesta fronteira não chegava a 100 mil pessoas no final do século XIX; a densidade demográfica de Mato Grosso era menor daquela existente no Amazonas e no Pará (MORO, 2007, p. 76). As terras, por sua vez, valiam muito pouco, quase nada. Mas por qual motivo as terras da fronteira oeste não tinham valor? As terras do oeste não tinham trabalho humano e por este motivo pouco ou quase nada valia. As terras desta fronteira do oeste eram limpas, sem benfeitorias. “As posses nada valiam, certamente. Nelas não havia sinais de trabalho humano. Ficavam nas condições primárias em que haviam sido encontradas. Jamais nelas se fazia benfeitorias que elevassem o seu valor.” (SODRÉ, 1941, p. 84-85).

Os “limites territoriais” da fronteira física entre o Brasil e o Paraguai foram fixados no pós-guerra; contudo, não foi possível “fixar barreiras” para os sujeitos desta fronteira. Em outras palavras, a fronteira física existia apenas no papel, pois na realidade não se conseguia impedir o diálogo político, social e cultural entre as pessoas de uma faixa demarcatória com as da outra. Esse diálogo seguramente incomodava em muito as forças institucionais do Brasil. Algumas regiões fronteiriças mais pareciam uma continuação do Paraguai do que terras brasileiras.

Pensando nas análises de Stuart Hall (2003, p. 79) a respeito das identidades e das mediações culturais, pode-se dizer que a fronteira em estudo era um território possuidor de uma sociedade “multiculturalmente diversa”, haja visto a presença de grupos variados que tinham cada qual culturas, costumes, línguas e saberes distintos, porém ocupavam um mesmo local físico, dialogando contínua e constantemente com outras realidades identitárias.

Essa realidade “multiculturalmente diversa”, em particular pós-1870, é bem externada por afirmação de Nelson Werneck Sodré (1941, p. 100): “O fim da luta, em vez que acarretar uma delimitação permanente, um divórcio entre os agrupamentos de origem brasileira e de origem paraguaio-guarani, contribuiria para entrelaçá-los, confundi-los cada vez mais.”

Além dos paraguaios também era expressivo o contingente de bolivianos em solo do oeste brasileiro. Os primeiros atuavam basicamente nas atividades extrativistas da erva-mate, do quebracho e do tanino; os segundos dedicavam-se sobretudo a extração da borracha e da poaia, já em terras amazônicas. O grande alerta que Sodré (1941, p. 105) propagou na época é o de que a fronteira física em pauta, oficialmente estabelecida na segunda metade do século XIX e início do século XX, estava carecendo de cuidados político-militares, pois nela se fixaram “sem peias e sem fiscalização” sujeitos estrangeiros. A presença de empresas estrangeiras das mais diversas nacionalidades, em especial norte-americanas, inglesas e francesas, também ajudava a ofuscar o poder brasileiro na região sul de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul.¹²

¹² Antes de 11 de outubro de 1977 o território que hoje compõe o espaço físico do Estado de Mato Grosso do Sul era chamado de sul de Mato Grosso, naquela época a capital do estado de Mato Grosso estava na cidade de Cuiabá. Com a divisão político-administrativa ocorrida em 77 surgiu um novo estado nesta região sul; a capital desta unidade federativa passou a ser na cidade de Campo Grande. Cerca de 40% da população residente em Campo Grande é de origem paraguaia e/ou possui algum tipo de parentesco com paraguaios ou descendentes de paraguaios.

Conforme percebemos, essa ação de estrangeiros na região, em especial dos países capitalistas centrais permaneceu em grande parte do século XX. Basta lembrarmos do Projeto Jarí¹³, durante os anos de 1960-1970 e início da década de 1980 e nos anos de 1990-2000, e dos vários escândalos de empresas que se passavam por fundações na região amazônica.¹⁴ O Projeto Jarí objetivou ocupar “espaços vazios” no interior do Brasil. Na verdade, foram criados espaços para ser possível desenvolver extensiva e intensivamente o capitalismo no campo brasileiro (IANNI *apud* SAUTCHUK; CARVALHO; GUSMÃO, 1979).

A fronteira física que mais preocupação trazia não era a do Brasil com o Paraguai, pois estava, na década de 1940, de uma forma ou de outra, até que protegida devido a existência do regime pastoril e da presença nestas terras de elementos nacionais já fazia décadas, como os mineiros, gaúchos, paulistas, goianos e também militares que se fixaram na região logo após a Guerra da Tríplice Aliança, conforme afirma Sodré. Além disso, a região já contava com os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB):

A possibilidade de integração do Oeste na comunidade nacional só foi viável depois que a Noroeste reuniu a ponta dos seus trilhos, articulando-se com os da Sorocabana, que poderia continuar o escoamento da produção central, levando-a a Santos, por obra de realização formidável de Gaspar Ricardo, com o desvio de Mairinque, ou pela estrada estrangeira que une o porto às terras altas de Jundiá (SODRÉ, 1941, p. 111-112).

A fronteira física que carecia de inúmeros cuidados era a fronteira amazônica, esta sim realmente um grande perigo para a segurança nacional.¹⁵ Esta parte do Brasil estava separada efetivamente do corpo do território da nação. Para Sodré (1941, p. 108), “a região amazônica do Oeste nunca deixou de oferecer os mais serios obstáculos à expansão humana, obstáculo de natureza geográfica, de natureza climatérica, de natureza étnica.”

Esta é uma preocupação que vai permear os estudos voltados para a questão das relações internacionais e particularmente os relativos à segurança nacional até a ditadura de 1964. No início da Ditadura Militar brasileira foram empreendidos esforços dos mais diversos

¹³ O Projeto Jarí foi desenvolvido pelo empresário Daniel Keith Ludwig logo após o golpe de 1964. Sua vinda para o Brasil se deve a um chamado de Castelo Branco que, na época, assegurou a esse empresário que “agora o Brasil é um país seguro”. Na região do Jarí, esse empresário construiu uma fábrica de celulose e diversos outros empreendimentos, criando uma espécie de território dentro do Brasil, onde o Estado nacional não cuidava de seu interior apenas ajudando a mantê-lo, de acordo com os interesses desse empresário. Com a alegação de proteger as fronteiras, a proteção ficou a cargo do capital internacional.

¹⁴ Em fevereiro de 2009, várias empresas internacionais foram acusadas de biopirataria, e em alguns casos também fundações e Organizações Não Governamentais (ONG's), bem como laboratórios na região amazônica. Por esse motivo, alguns foram inclusive expulsos do Brasil. Todavia, a ação desses grupos era para pesquisar produtos e fármacos, exportá-los sob a fachada, sem pagar ao Brasil as devidas patentes. A presença de empresários na região é bastante comum e levanta suspeitas sobre o interesse dessas empresas estarem nessa região (QUADROS, 2009).

¹⁵ É oportuno frisar que ainda hoje, ano de 2009, século XXI, não se tem bem ao certo definidos os limites territoriais do Brasil amazônico com a Amazônia das terras dos demais países da região. No programa *Globo Repórter*, do dia 24 de julho de 2009, transmitido pela Emissora Televisiva Rede Globo, foi noticiada, em síntese, a seguinte realidade: a Amazônia brasileira ainda não é conhecida de forma satisfatória pelo poder institucionalizado do Brasil. Não se sabe o que é Brasil e o que não é Brasil. Volta e meia os meios de comunicação de alcance nacional e mundial noticiam a descoberta de tribos ainda “isoladas” do mundo civilizado, de plantas e de animais ainda não catalogados. De fato, a região amazônica continua sendo uma incógnita ainda pouco estudada. Isso indica que as fronteiras físicas do Brasil com os demais países não são fixas, mas sim suscetíveis a transformações das mais diversas ordens.

para integrar econômica e logisticamente esta parte da fronteira amazônica ao “restante” do Brasil. Quase todos malograram.¹⁶

Pode-se destacar, nesse sentido, como projetos desenvolvidos para essa região, o Projeto Rondon, que levava estudantes universitários para localidades bastante destacadas do território, com o objetivo inclusive de se controlar a região, saber sobre possíveis inimigos “subversivos” presentes nessas fronteiras. A ação destacada pelos militares nesse projeto calcava-se, dentre outras coisas, na importância de “integrar para não entregar”.

O domínio desta fronteira foi alavancado particularmente no final dos anos 60 e na década de 1970 pela realização de atividades agrícolas nestas plagas. Foi também por meio da implantação de cultivares como a soja e o milho que o Brasil se mostrou mais ativo nas áreas de fronteira com os países Bolívia e Paraguai.¹⁷ Pode-se chamar esta ação de Imperialismo Verde-Amarelo. Ademais, políticos das referidas nações, sobretudo do Paraguai, sinalizaram, à época, com leis e em especial com decretos, que literalmente chamavam agricultores brasileiros para explorarem suas terras e nelas desenvolverem culturas agrícolas mecanizadas, com particular destaque para a monocultura da soja, que no período tinha grande valor no mercado internacional; era uma moeda muito valiosa (MORO, 2008). A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional também faz parte deste processo.

Desde os anos de 1950 encontramos os registros de um militar – que na década de 1960-1970 se tornou um dos maiores expoentes da Ditadura Militar brasileira, o general Golbery do Couto e Silva – que fez a associação da segurança nacional com os projetos de integração do território e de fixação das fronteiras. Ao escrever a obra *Geopolítica do Brasil*, o autor externou o pensamento de uma dada oficialidade no Brasil. E mesmo que não fosse o único pensamento dentre os militares, acabou sendo colocada em prática.

Em sua obra, vamos encontrar referências diretas sobre as diversas regiões no Brasil, os pontos que deveriam ser protegidos, a prática a ser adotada e, inclusive, a relação com

¹⁶ A região amazônica continua uma fronteira física e política a ser dominada, aliás, a última expressiva fronteira agricultável do mundo que ainda não foi, de forma quase que total, incorporada ao mercado capitalista. Há milhões e milhões de hectares parca e também densamente ainda cobertos por vegetação nativa; portanto, representam potenciais terras a serem desmatadas e tornadas campo para pastagem de animais ou para plantações de monoculturas. No norte do Estado de Mato Grosso e no sul do Estado do Pará isso já é uma realidade desde fins dos anos 80 e começo da década de 1990.

¹⁷ No ano de 2005, de acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal brasileira e pela Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai, cerca de 80% da maconha e da cocaína enviadas ao Brasil eram originárias do Paraguai. Segundo as autoridades policiais, 12 traficantes de destaque atuavam na região fronteira do Brasil com o Paraguai, em especial nas cidades de Campo Grande, Ponta Porã, Guaira, Aral Moreira, Pedro Juan Caballero e Assunção. Eram eles: Luiz Carlos da Rocha, Odacir Antônio Dametto, Jarvis Chimenes Pavão, Carlos Alberto da Silva Duro, Erineu Soligo, Mauro Alberto Parra Espindola, Sandro Mendonça do Nascimento, Igor Fabrício Silva Machado, Nilton César Antunes Veron, Sílvio Berry Júnior, Claudair Lopes de Faria e Romilton Rossi (WAGNER, 2005, p. 40). Esta constatação serve para exemplificar no mínimo uma realidade, a saber: o poder do Estado nacional de ambos os países não consegue controlar o trânsito de produtos, neste caso considerados ilícitos pelos poderes oficiais, e de pessoas na fronteira entre as nações. Este fato evidencia o quanto algumas partes da fronteira Brasil-Paraguai eram frágeis diante das investidas dos poderes não-oficiais, neste caso de narcotraficantes. Evidencia igualmente a não-existência de uma fronteira física entre os países, já que o trânsito se fazia constante, e não o era apenas de produtos ilícitos, mas também de costumes, crenças, dialetos e valores ético-morais dos mais diversos, como demonstram estudos sociais e linguísticos realizados em programas de pós-graduação de várias Instituições de Ensino Superior, em particular as localizadas na região dessas cidades.

empresas estrangeiras. Curiosamente, nessa fase, vamos ver autores dos países limítrofes denunciando a prática desenvolvida pelo Estado brasileiro. Domingos Laino (1974) conceitua esta política com o termo “fronteiras móveis”. Seu pensamento caminha no sentido de realizar levantamentos, dados e estatísticas, percebendo que, ao contrário do século anterior, o que passou a vigorar, especialmente após o golpe de 1964, foi a presença cada vez maior de brasileiros nos países vizinhos.

Dada a relação que o Brasil assumiu no continente, o aprofundamento de suas relações econômicas, políticas e diplomáticas com os EUA, de certa forma, foi o Brasil que ajudou a controlar a região, denominada por Golbery como necessária ao controle desse lado do planeta.

3 Relação dos militares com as fronteiras

Ao iniciar-se a Ditadura Militar no Brasil em 1964, percebemos o aprofundamento de uma política já engendrada pelo Estado e que se aprofundou, decorrendo daí inúmeros reflexos.

Domingos Laino, conforme visto, discorreu sobre a penetração brasileira nas diversas regiões fronteiriças do Brasil, desenvolvendo a perspectiva de que a melhor denominação para o problema das fronteiras desempenhadas pelo Estado brasileiro era “fronteiras em marcha” (LAINO, 1979, p. 52). Ou seja, afora a delimitação do território em seu traçado, havia uma política no Brasil de ocupar humanamente, com brasileiros os demais países da região, de forma a influenciá-los, pois com uma população constituída fora do espaço geográfico nacional, segundo ele, ficaria mais fácil para o Brasil ter poder de barganha e mesmo presença nesses países. Era uma forma de penetração e influência não declarada. Ele prova essa teoria demonstrando em números a presença de brasileiros nas terras dos países vizinhos, destacando a compra de terras em várias localidades fronteiriças. Segundo seus dados, havia a presença humana, somada à de empresas e de grandes proprietários de terras que adquiriam suas terras nos países vizinhos, a fim de prosperar os seus negócios.

Ao longo do tempo, estratégias foram desenvolvidas para preservar a fronteira nacional. Embora essas estratégias para a defesa das fronteiras não tenham ficado circunscritas aos militares, ganharam visibilidade com as propostas que passaram a ser conhecidas como geopolíticas, dentre as quais se destaca a consolidada por Golbery do Couto e Silva (1981), conforme já indicado.¹⁸

¹⁸ Um pouco desse problema fronteiriço foi abordado em: Silva; Moro; Marcondes (2008).

No concernente à região do Paraguai, a famosa eminência parda da Ditadura Militar brasileira elaborou projetos e esteve naquele país por três anos – de 1947 até 1950.¹⁹ Seu pensamento foi prenunciador do que os militares implantaram após o golpe de 1964.

Seguindo a tendência geral, sua *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil* (1981), desenvolvia estratégias para que o Brasil aumentasse sua centralização e/ou promovesse algum tipo de desenvolvimento que resultasse na ocupação rápida de espaços territoriais, particularmente nas regiões centrais e em relação ao Cone Sul, que se aprofundasse a inter-relação entre as nações, de forma que os “interesses do Brasil” fossem assegurados. Ao mesmo tempo, Golbery se apoiava nos setores da burguesia industrial, a qual ele considerou fundamental para o desenvolvimento e a integração nacional:

Mas, no que mais importa, esse desenvolvimento pela industrialização faz prenunciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos, motores do dinamismo econômico mundial, e implicará, em benefício da unidade e da coesão nacionais, na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio, mesmo as mais distantes ou mais excêntricas, a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados por genuínos propósitos nacionais (SILVA, 1981, p. 72).

Golbery defendia o lançamento do Brasil como potência no continente, ao mesmo tempo em que acreditava potencialmente numa aliança com os Estados Unidos. Assim, é impossível separar as relações que o Brasil desenvolveu na região sem levarmos em consideração as relações diplomáticas e econômicas desempenhadas pelos Estados Unidos.

Para ele, ao lado dessas prerrogativas deveria se acrescentar a defesa da liberdade alicerçada “em sólidas bases [n]a Segurança Nacional” (SILVA, 1981, p. 15).²⁰ No período ditatorial iniciado em 1964, essa perspectiva, que datava de Vargas, intensificou a presença da mão dos militares nas áreas delimitadas como de segurança nacional. Nelas, além das fronteiras, foram incluídas regiões que possuíam riquezas naturais ou que possuíssem empresas consideradas estratégicas, como Volta Redonda com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Duque de Caxias, com a refinaria de petróleo (REDUC). Em tais lugares os prefeitos eram nomeados pelos militares e havia um rígido controle sobre a política local.²¹

¹⁹ Antes de 1964 Golbery publicou também *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* (reeditado em 1981), o qual tomaremos como uma referência fundamental para compreendermos o que se definiu nos anos posteriores ao Golpe de 1964 como uma política do Estado para se firmar no Cone Sul.

²⁰ No período os preceitos da segurança nacional se consolidaram na Doutrina de Segurança Nacional, a qual definiu não apenas o inimigo externo (Rússia, China e Cuba), mas também o interno, o qual, ao longo da ditadura, tornou-se o alvo principal da atenção, vigilância, perseguições e repressão. Em outras palavras, o inimigo era o próprio povo, e não potenciais ataques estrangeiros. A respeito dessa situação que se conformou no Brasil ver os escritos de Alves (1985).

²¹ A respeito das áreas de segurança nacional, ver, por exemplo, o trabalho de Cantalejo (2009) sobre a cidade de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

No concernente às relações com os Estados Unidos, impunha-se a correlação de forças internacionais nos marcos da Guerra Fria, embora desde antes dela, o Brasil houvesse definido os Estados Unidos um dos seus principais parceiros econômicos e aliado na defesa das fronteiras. Conforme Vizentini:

[...] a hegemonia norte-americana representou um novo período das relações internacionais do Brasil. Nela foi concluído o novo traçado das fronteiras, o país voltou-se para um processo de inserção hemisférica e teve início uma vinculação mais estreita da política externa com o desenvolvimento econômico. A gestão do Barão do Rio Branco no Ministério Exterior (1902-1912) representou um momento paradigmático dessa fase, pois concluiu a demarcação favorável das fronteiras contestadas e estruturou a chamada aliança não escrita [...] com os Estados Unidos da América (VIZENTINI, 2003, p. 11).

Tal alinhamento se estreitou particularmente após o Golpe de 1964, configurando-se, em alguns momentos, como uma estratégia quase que automática. Até mesmo em circunstâncias que custaram ao Brasil alguns descontentamentos regionais, tal articulação diplomática não se rompeu ou sofreu grandes fraturas.

A estada de Golbery nos EUA relacionava-se também com sua presença na Itália, como Oficial de Informações, da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944:

Muitos oficiais da FEB regressaram ao Brasil convictos da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico. Do ponto de vista militar, significaria promover o desenvolvimento da economia – abrindo-a inteiramente ao capital estrangeiro, se necessário – como condição para o desenvolvimento do próprio aparelho militar com vistas ao papel que o Brasil deveria desempenhar na defesa hemisférica (OLIVEIRA *apud* ASSUNÇÃO, 1999, p. 40).

Era interesse dos militares comporem acordos com os americanos e, dessa forma, receberem o aval para o Brasil se transformar na potência da região, superando a confiança e as relações econômicas com a Argentina, por exemplo, que era a grande competidora com o Brasil. Para Golbery, o Brasil apresentava-se como a nação mais importante estrategicamente no continente, uma vez que é o maior país dessa parte da América e dada sua posição em relação ao Oceano Atlântico. Tal pensamento também pode ser observado nos escritos de Paulo Henrique da Rocha Corrêa (1975) e de Carlos de Meira Mattos (1977).

De cá e de lá, houve interlocutores para aprofundar as relações. Golbery, citando Walter Lippmann, jornalista e comentarista político estadunidense, demonstrou a preocupação vinda do irmão do norte em vista da posição estratégica do Brasil:

No Atlântico Sul é essencial a manutenção de fortes bases marítimas e aéreas na projeção oriental do Brasil. Essas bases não podem ser mantidas exclusivamente pelo Brasil, porque esse país não é um arsenal. Os brasileiros têm de ser, portanto, apoiados pelos Estados Unidos. Como não há comunicações terrestres com o Brasil, a defesa estratégica de todo o continente sul-americano do lado do Atlântico depende das comunicações marítimas.

Contudo, ainda no caso em que nossas comunicações marítimas com a projeção do Brasil sejam asseguradas, poderíamos apenas realizar melhor uma defesa passiva [...] (LIPPMANN *apud* SILVA, 1981, p. 50).

Logo no início do Governo do General Castelo Branco, houve uma dissensão com o governo de Alfredo Stroessner.²² Documentos trocados entre as Chancelarias dos dois países demonstram uma postura invasora do Brasil em relação ao Paraguai. Tais documentos vêm demonstrando que havia uma postura imperialista do Brasil em relação aos vizinhos, particularmente ao Paraguai.

Os documentos²³ demonstram o grau de irritação de Alfredo Stroessner com a presença de uma pequena tropa na região de Porto Coronel Renato, divisa do Brasil com o Paraguai, na região de Saltos do Guaira. A resposta de Castelo Branco foi no sentido de apaziguar os ânimos, explicando ao presidente vizinho que esse pequeno destacamento – composto por sete homens – não ameaçaria a soberania paraguaia. Todavia, esses militares ocupavam, segundo Stroessner, um dos pontos de litígio entre as duas nações, cuja demarcação não estava ainda decidida entre os dois países, e não a cidade de Porto Coronel Renato, como alegava o governo brasileiro.

Emblemático, o conselho de Castelo Branco foi de que o vizinho se acalmasse, pois não havia motivos para tanto, explicando que essas tropas lá estavam para resolver o problema do contrabando e possível subversão. Nota-se que em nenhum momento o presidente brasileiro demonstrou que retiraria essas tropas, sanando o impasse. Ao contrário, retoma o tradicional jargão da “amizade entre as nações vizinhas”, para não se intimidar ante o conflito. Foram várias notas verbais trocadas entre ambos os presidentes. O Brasil se colocava, nestes documentos, numa postura intransigente perante o Paraguai.

Mais do que uma ação engendrada por figuras – Castelo Branco e Stroessner – esse documento demonstra que o Brasil não fora um parceiro. Ao contrário, era um país “imperialista”, defendendo sua fronteira, adentrando nas fronteiras vizinhas, desrespeitando acordos e pactos. Assim, podemos comprovar que a soberania nacional, nos casos de interesse do Brasil, nem sempre foram respeitadas.

Ao assinar as Atas de Itaipu em 1973, Brasil e Paraguai, ambos sob o regime ditatorial, afogaram o que restava de litígio, ficando essa região sob o lago de Itaipu.

Mais que uma relação de amizade, Itaipu figurou-se como uma arma geopolítica de controle da região. Com ela, foi possível arrematar de vez o Paraguai de sua relação com a

²² Vale frisar que antes mesmo do período ditatorial iniciado em 64 o Brasil já mantinha relações bem intensas com o Paraguai, porém bastante amistosas e de cooperação. Os presidentes da década de 1950 e início dos anos 60 eram amigos pessoais do General Stroessner (MORAES, 2000). Fato este que sinaliza um *continuum* nas relações entre as duas nações, independente do regime político nelas existente, neste caso ditadura e período democrático.

²³ Gentilmente cedidos pelo Doutor Martin Almada, destacada personalidade paraguaia que luta pela abertura dos documentos da Ditadura Stroessner, à Jussaramar da Silva para o desenvolvimento de sua pesquisa intitulada *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações Brasil Paraguai (1973-1988)*, sob orientação da Professora Dra. Vera Lucia Vieira no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP (SILVA, 2010).

Argentina, aprofundando dívidas daquela nação devido a tal empreendimento, jogando-o na órbita econômica do Brasil. Assim, Itaipu foi fundamental para selar a supremacia brasileira.

Essa fronteira, um pouco brasileira, um pouco paraguaia e um pouco Argentina é parte de um território que o Brasil pretende cada vez mais se fazer presente. Assim, o que conta é

[...] salientar, pelo menos, a importância da vitalização dos rios navegáveis de toda a faixa fronteira onde a bandeira brasileira precisa, no mais curto prazo, fazer-se não só presente, mas assídua, e, além disso, a necessidade de um concurso nacional, de fato representativo, nas ligações tanto aéreas como também marítimas, entre os principais centros populosos dos países sul-americanos (SILVA, 1981, p. 135).

De fato, o concurso para a ocupação das fronteiras se fez possível pela ação dos rios. Para alguns autores, uma ação dispersadora, conforme analisavam Monteiro Lobato, ou mesmo Sodré, com a diferença que esse último via nos rios uma possibilidade de integração pelas suas bacias.

Já em posição contrária, estará Golbery, considerando que o desenvolvimento dessas regiões se daria pela associação com o capitalismo internacional. Isso demonstra que as fronteiras nacionais ainda são os locais de disputa, onde pode começar ou acabar soluções ou divergências, de acordo com os interesses dos grupos de poder.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. O Satânico Doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1999.
- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. O poder simbólico. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. Intervenção militar e relações políticas em Duque de Caxias: 1964-1971. Disponível em: http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/Manoel_Cantalejo_Intervencao_militar_e_relacoes_politicas.pdf. Acesso em: 02 out. 2009.
- CIÊNCIA & CULTURA: temas e tendências – Amazônica. Revista da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), São Paulo, SBPC, ano 61. n. 3, jul./set. 2009.
- CORRÊA, Paulo Henrique da Rocha. Noções de geopolítica do Brasil. 3. ed. São Paulo: Biblos, 1975.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da; CABRAL, Fatima (Orgs.). Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. São Paulo: UNESP, 2006.

- D'ARAÚJO, Maria Celina. Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção. In: *30º Encontro Anual da ANPOCS, GT-08 – Forças Armadas, Estado e sociedade*. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/103.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2009.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas geográfico escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.
- _____. Monções. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LAINO, Domingos. Paraguai: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global, 1979.
- HOBBSAWM, Eric. Eric Hobsbawm: un historiador del siglo XX. In: PANIAGUA, Javier; PIQUERAS, José A. *Aula: história social*, Valencia, UNED Alzira, n. 1, p. 6-15, primavera 1998.
- MACIEL, Laura Antunes. A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.
- MARQUES, A. Matto Grosso: seus recursos naturais, seu futuro econômico. Rio de Janeiro: Americana, 1923.
- MARTIN, André Roberto. Migrações e fronteiras: desafios à soberania na Amazônia brasileira. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, EDUC, n. 23, p. 431-437, nov. 2001.
- MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MORAES, Ceres. Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963). Porto Alegre: EDPUCRS, 2000.
- MORO, Nataniél Dal. Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.
- _____. O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.
- _____. Uma fronteira que divide e outra que integra: sojicultores brasileiros no Paraguai e na Bolívia. Trabalho apresentado no Simpósio 126 “A importância das migrações no mundo contemporâneo”, coordenado pela Profa. Dra. Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza, durante a *V Semana Acadêmica da PUC-SP/II Congresso de Pesquisa Discente*, realizada na PUC-SP, São Paulo, out./nov. 2008.
- QUADROS, Vasconcelo. Governo expulsa ONG da Amazônia. Disponível em: <www.noticiasdaamazonia.com.br/7283-governo-expulsa-ong-da-amazonia/>. Acesso em: 13 fev. 2009.
- QUEIROLO, Víctor Ayala. Historia de la cultura en el Paraguay. Asunción: Salesiana, 1969.

- SAUTCHUK, Jaime; CARVALHO, Horacio Martins de; GUSMÃO, Sergio Buarque de. Projeto Jarí: a invasão americana: as multinacionais estão saqueando a Amazônia. São Paulo: Debates, 1979.
- SILVA, Golbery do Couto. Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SILVA, Jussaramar da; MORO, Nataniél Dal; MARCONDES, Ricardo Correia. Monteiro Lobato e um Brasil por ser construído (ou reproduzido?). *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, PUC-SP, n. 1, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10318/7702>>. Acesso em: 15 ago. 2009.
- _____. A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações Brasil Paraguai (1973-1988). 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.
- SILVA, Marcos (Org.). Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 11. ed. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. História da imprensa no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- SOUZA, João Carlos de. O progresso contra a natureza: vapor, fios e trilhos em Corumbá (1904/1919). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, EDUC, n. 23, p. 217-241, nov. 2001.
- VIANNA, Helio. Formação brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- WAGNER, Carlos. Grupo responde por 80% da droga enviada ao Brasil. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 40, 20 jun. 2005.